



ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

A Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, faz saber: O Comdema constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto nº 21.408, de 14 de outubro de 2013](#)), e conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, realizada em 07/07/2021.

No sétimo dia do mês de julho do ano dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente em sessão plenária virtual por meio da plataforma GoogleMeet. [Estiveram Presentes](#) os Conselheiros ([Decreto nº 41.233, de 25 de fevereiro de 2021](#)), mandato 2019-2021: Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Eulívia Fleith Comitti, da AJORPEME; Virginia Barros, da UDESC; Fabiano Santangelo, da OAB; Luis Rogério Pupo Gonçalves, da SEPUD; Viviani Bittencourt Marques, da SAS; Rafael Ribeiro, da SAP; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Rafael Cristiano Wolter, da CREA; Jonas de Medeiros, da ROTARY; Márnio Luiz Pereira, da SEPROT; Valdeci Marcos Moraes, da ISARP; Jean Pierre Lombard, da SECOVI; Elaine Cristine Scheunemann Fischer, da CCJ; Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Juliana Borges, da CREA; Regis Antônio Konzen Heitling, da SEINFRA; Renan Oliveira, da SINDUSCON; Cristina Jandrey, da ALOJ; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Marta Beatriz Maccarini, da IMA; Amílcar Nicolau Pelaez, da SINDSERRARIA; Ana Paula Barauna, da SES; Pedro Toledo Alacon, da CAJ. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cuja lista deverá ser anexada a esta ata, juntamente com a lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Schirlene Chegatti, da SAMA; Virginia Maria de Oliveira Torrens, da SAMA; Alexandre Grose, da SAMA UGA; Débora Karina, OUVINTE; Josimar Neumann, da SAMA UGA; Magda Cristina Villanueva, da SAMA.AAJ; Franco Buffon, da CPRM; Marcos Alexandre Freitas, da CPRM e Bianca Goulart, da Univille. A reunião teve como pauta: **1)** Aprovação Ata Reunião - 02/06/2021; **2)** Parecer Câmara Técnica: Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira, por ACIJ; **3)** Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira, por SAMA; **4)** Diagnóstico Hidrológico de Joinville - Resultados Parciais, por CPRM; **5)** Sugestão Pauta e Palavra Livre. A Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, Schirlene Chegatti, cumprimenta a todos e, observando o quórum regimental, deu início à reunião. Dando início ao **primeiro item** da pauta, foi colocada a ata de reunião do dia 02/06/2021 para votação, não havendo ressalvas restou aprovada por unanimidade. Seguindo para o próximo item, a Presidente do Conselho, faz a inversão das pautas, e segue com o **item 3** - Plano de Manejo do Parque

Natural Municipal da Caieira, por SAMA. Concedida a palavra para o Técnico Josimar Neumann, da SAMA.UGA. O Técnico Josimar cumprimenta a todos e agradece a todas as participações na elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira. Em seguida concede a palavra para o Coordenador Alexandre Grose, da SAMA, para realizar a apresentação. Inicia apresentação com anexo SEI (9750026). Tratando primeiramente das Unidades de Conservação, que são áreas criadas administrativamente com o objetivo de proteger os recursos ambientais (fauna, flora, recursos hídricos), assim como bens imateriais (histórico e cultural) de um determinado território. Informa, que para que uma Unidade de Conservação atinja seus objetivos de criação, é necessário um planejamento em relação ao uso dessas áreas. Conforme a Lei n.º 9.985/2000 (SNUC), o Plano de Manejo é o documento técnico onde se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à sua gestão. Tratando especificadamente do Parque Caieiras, o mesmo pertence ao grupo de proteção integral e categoria Parque Natural Municipal, foi criado pelo Decreto Municipal n.º 11.734 de 11 de março de 2004, possui Área de 1,27 km², às margens da Lagoa Saguacu, e essa unidade tem como objetivo principal, a preservação e a conservação do patrimônio cultural (sítios arqueológicos) e natural (ecossistema manguezal, restinga, a fauna e a flora). Para elaborar o Plano de Manejo é utilizado o Roteiro Metodológico ICMBio. Foi elaborado um "template" para seguir o roteiro, e utilizado o Plano de Manejo PARNA Furna Feia, como material de apoio. Na previsão do ICMBio, divide o Plano de Manejo em 05 (cinco) tópicos, sendo: propósito, significância, recursos e valores fundamentais, zonas de manejo e atos legais, atos administrativos e normas. E esse Plano serve para orientar a gestão da Unidade de Conservação e definir suas diretrizes, definir as ações de manejo e promover a integração à vida econômica social das comunidades vizinhas a Unidade de Conservação. A elaboração do Plano de Manejo iniciou no segundo semestre de 2020. No início de 2021, foi construído a proposta de "template", em março foi realizada a definição do Conselho Gestor, em abril há discussão com as unidades em relação ao Plano de Manejo, incluindo a Câmara Técnica do Conselho Gestor. Em maio, aconteceu as oficinas participativas e Consulta pública, em Junho a consolidação das apresentações ao CT, e atualmente em Julho, está em apreciação do PM pelo Conselho Gestor. Informa que o prazo de conclusão é em até setembro. Foram realizadas oficinas online de planejamento e consultas públicas, que contaram com a participação de aproximadamente 30 pessoas. Tratando dos resultados, apresenta os componentes fundamentais através de tabela, onde possui todas as informações referente ao Parque. O Coordenador ainda, apresenta uma breve caracterização do Parque da Caieira. A cobertura vegetal do Parque faz parte do Bioma Mata Atlântica, sendo caracterizada por duas fitofisionomias, Restinga e Manguezal. Em relação à fauna, o levantamento envolvendo os grupos de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e crustáceos, tendo-se registrado um total de 361 espécies. As estruturas históricas presentes no Parque Natural Municipal da Caieira se referem a Caieira da Lagoa do Saguacu, incluindo os fornos e outros elementos materiais ainda presentes no espaço. Em relação à visitação ao Parque, pode ser dividida em duas categorias, monitorada, em que a visita é agendada para o atendimento de grupos de pessoas (principalmente escolares) e não-monitorada, onde os visitantes recebem as informações sobre o Parque através das placas dispostas em pontos estratégicos. As principais ameaças identificadas até o presente momento foi a presença de espécies exóticas (exemplos: lírio-do-brejo, palmeira leque, capim elefante, caramujo africano, cão doméstico, etc.) consideradas invasoras, representam um grande risco à biodiversidade da flora e fauna do Parque, a caça e captura de caranguejos e demais animais silvestres, principalmente aves, a predação de pequenos animais silvestres por animais domésticos, a poluição hídrica e do solo, causada pelo lançamento de efluentes sanitários sem tratamento prévio ou ligações irregulares na rede pluvial, o corte de vegetação e fragmentação no entorno do Parque, causando interferência no 'habitat' e efeitos negativos na fauna, as ocupações ilegais de áreas de mangue e a depredação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico. O Parque Natural Municipal da Caieira preserva um conjunto significativo de elementos ambientais e patrimoniais próximo ao perímetro urbano no município de Joinville, lugar de rica biodiversidade, caracterizado pela transição entre ecossistemas típicos de restinga e manguezal, protegendo um conjunto único de testemunhas da ocupação humanada desde o período pré-colonial, incluindo sítios arqueológicos, compatibilizando o turismo ecológico, lazer, pesquisa científica, educação ambiental e patrimonial com a conservação da natureza, promovendo a qualidade de vida da população e resgatando a memória cultural. Outro item, são as declarações de significância, que refletem o conhecimento científico e acadêmico, bem como as percepções sociais e culturais, as quais podem ter mudado desde o estabelecimento da Unidade de Conservação, para o Parque Natural Municipal da Caieira, foram definidas algumas declarações. Tratando dos componentes dinâmicos, são os elementos que mudam com o tempo, conforme os recursos e valores fundamentais da Unidade de Conservação são alterados e inclui os seguintes elementos: necessidades de dados e planejamentos; subsídios para interpretação ambiental; mapeamento e banco de

dados geoespaciais da Unidade de Conservação. Nesta etapa também é realizada a priorização da necessidade de dados e planejamento. Tratando dos componentes normativos, para a definição das zonas de manejo desta Unidade de Conservação, foram utilizados como critérios: grau de conservação dos ecossistemas: vegetação, considerando os estágios e a associação dela aos sítios, estruturas históricas e paisagísticas; histórico de uso e a definição dos usos futuros para cada zona; as vocações naturais, culturais e potencialidades de cada área, pré-estabelecidas por experiência técnica e histórico das áreas; a presença de sítios arqueológicos pré-coloniais, estruturas históricas e paisagísticas protegidas e o grau de conservação deles. O coordenador ainda apresenta os zoneamentos através de mapas, e explica conforme legenda. As normas da zona de amortecimento, possuem as seguintes regras: as reservas legais dos lotes rurais serão alocadas preferencialmente próximas à borda da Unidade de Conservação; obras de significativo impacto ambiental dependerão de anuência prévia do órgão gestor da Unidade de Conservação; a supressão de vegetação de maciço florestal contido na unidade dependerá de anuência do órgão gestor; na construção de novas calçadas, quando a largura puder conciliar o plantio e o trânsito de pedestres, será exigida a previsão de espaço para a arborização. O ordenamento territorial desta zona segue as normas da legislação específica em vigor, ou aquela que vier substituí-la ou sucedê-la, no que diz respeito os requisitos urbanísticos e ao uso do solo, observando também o que dispõe o Plano de Manejo da unidade de conservação. Agradece a participação de todos os envolvidos no Plano de Manejo. Seguindo para o **item 2** Parecer Câmara Técnica: Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira, por ACIJ. Concedida a palavra para Conselheira Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ. A conselheira Leticia informa que o Parecer da Câmara Técnica foi trabalhado em várias reuniões para deliberação do assunto e dar o suporte necessário no processo. A Conselheira apresenta o parecer, redigido com o seguinte texto:

PARECER SEI Nº 9752112/2021 - SAMA.UAC

À

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA

Aos cuidados de Sra. Virginia Maria de Oliveira Torrens

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA

Unidade de Apoio aos Conselhos

Secretaria Executiva do COMDEMA

Assunto: Plano de Manejo do Parque Municipal da Caieira

Senhora Presidente,

A Câmara Técnica do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CT/COMDEMA/JOINVILLE), consoante as discussões ocorridas nas reuniões virtuais dos dias 14 e 24 de maio e 02, 16 e 30 de junho de 2021, serve-se do presente para fazer as considerações detalhadas da análise da construção e desenvolvimento do Plano de Manejo do Parque Municipal Caieira, sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville (SAMA).

Considerando que, ao longo destas 05 (cinco) reuniões supracitadas, foi realizada a leitura do referido Plano de Manejo, pela equipe técnica da SAMA, gerando discussões e considerações a partir da análise dos membros desta CT;

Considerando que, foram realizadas, no mês de maio, 03 (três) oficinas de participação popular (OPP's) - sendo 02 (duas) no formato online e 01 (uma) presencial, esta última com foco nos moradores da região, e ainda, participação popular através de Consulta Pública por meio de formulário online disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Joinville;

Considerando que, a elaboração do referido plano também contou com a participação da comissão de acompanhamento, composta por várias unidades da SAMA, assim como, com a Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT) e a Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (SEPUD);

Considerando o Art. 27, caput, da Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que rege que "As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo" (grifo nosso);

Considerando o Art. 5º, caput e inciso VI da Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996, compete ao Município de Joinville "identificar, criar e administrar unidades de conservação e de outras áreas para a proteção de mananciais ecossistemas naturais flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas de sua competência a serem observadas nessas áreas" (grifo nosso);

Considerando a Ação Civil Pública (Autos nº 0901261-85.2018.8.24.0038) movida pelo Ministério Público de Santa Catarina - MPSC, que obriga o Município de Joinville a elaborar e implementar o referido plano em 18

meses a contar do trânsito em julgado desta sentença, conclui-se o que segue.

Conclusão

Assim, em resposta ao que foi deliberado no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Joinville quanto ao encaminhamento à CT/COMDEMA para análise, considerando a necessidade da elaboração do referido documento, fica aprovado por unanimidade o Plano de Manejo do Parque Municipal da Caieira.

Finalmente e sem mais para o momento, a Câmara Técnica do COMDEMA, ao tempo em que renovar protestos de estima e consideração, colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Letícia Panaro Lunardi

Presidente da Câmara Técnica do COMDEMA

A Conselheira abre espaço para possíveis atribuições e/ou contribuições, sem ressalvas, a Conselheira agradece a todo trabalho realizado, pelos conselheiros que participaram intensificadamente das reuniões extraordinárias, realizadas semanalmente, com intuito de atender e dar celeridade no processo, pela importância do Plano de Manejo para o Município de Joinville. Aproveita o momento, para reforçar os próximos trabalhos da CT, informa que foi iniciado os trabalhos, com a revisão da súmula de prescrição de processos, que é uma demanda de ajuste, com intuito de dar celeridade no andamento do processo, e fazendo com que o julgamento seja julgado de maneira adequada e coerente, evitando que os conselheiros recebam tantos processos prescritos, que ficaram represados na secretaria. Informa que será formado um grupo de legislação, conduzido pelo Conselheiro Fabiano Santangelo para realização da revisão, foi estabelecido um cronograma de reuniões que serão realizadas quinzenalmente, e posteriormente aberta para receber novas demandas dessa plenária para serem trabalhadas no âmbito técnico, se coloca à disposição para eventuais dúvidas. A Presidente do Conselho, agradece a câmara técnica pela disposição de todos os voluntários, demonstra seu contentamento com o conselho participativo e ativo, agradece todas as entidades pela parceria. A Presidente do Conselho, coloca em deliberação o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira e o Parecer da Câmara Técnica. Restou aprovada por unanimidade. A Presidente do Conselho parabeniza o Comdema. Seguindo para próxima pauta, **item 4 - Diagnóstico Hidrológico de Joinville - Resultados Parciais**, por CPRM. Concedida a palavra para o Geólogo Marcos Alexandre Freitas, da CPRM. Marcos Alexandre Freitas agradece a oportunidade de apresentação do projeto nessa plenária, informa que fez uma apresentação resumida por se tratar de um assunto muito longo. O Geólogo Marcos Alexandre Freitas, inicia sua apresentação com anexo SEI (9752220). Tratando primeiramente da apresentação do SGB- CPRM, que é o Serviço Geológico do Brasil e a CPRM sendo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que é uma empresa governamental brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Entre suas atividades, estão a realização de levantamentos geológicos, geofísicos, geoquímicos, hidrológicos, hidrogeológicos e a gestão e divulgação de informações geológicas e hidrológicas. O seu objetivo é gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil. Destaca, que é a primeira vez que é realizado um trabalho de nível municipal, agradece pela parceria com a SAMA, e informa que os resultados estão sendo positivos para ambas as partes. Tratando do Projeto Joinville, informa que o projeto é um Mapeamento Geológico e Hidrogeológico do Município de Joinville-SC, contratado pela SAMA-PMJ – Contrato n.º 075/2019 PMJ-CPRM. Os produtos do projeto, são: mapa geológico escala 1:25.000 e 1:10.000, cadastramento de poços, mapa hidrogeoquímico, mapa de vulnerabilidade dos aquíferos, mapa hidrogeológico e de favorabilidade hidrogeológica. Informa ainda, as áreas e escala de mapeamento. Os produtos que já foram entregues são: plano de trabalho, nota técnica com revisão da bibliografia da área, inventário e cadastramento de poços, mapa hidrogeoquímico e mapa de vulnerabilidade de aquíferos. E os produtos a serem entregues: mapa geológico escala 1:25.000 e 1:10.000, mapa hidrogeológico e favorabilidade hídrica subterrânea, resumo executivo e treinamento dos agentes municipais. Tratando da geologia e hidrogeologia de Joinville, o Geólogo faz breve resumo sobre o que são aquíferos granulares, fraturados e os tipos de captação de água subterrânea. Tratando do inventário e cadastramento em campo de poços, foi realizado levantamento prévio no SIAGAS, na SDE, na e empresas Hidropel e Leão Poços, divisão da área em quadrantes para distribuição das equipes, cadastramento em campo 379 pontos e medição de níveis e parâmetros físicos químicos nos pontos que estavam em funcionamento. Foi realizado também a Perfilagem ótica e Ensaio de bombeamento. A quantidade de pontos cadastrados são: 139 poços tubulares, 146 poços de pequeno diâmetro, 61 poços escavados e 33 captações de fontes naturais. Apresenta através de gráficos a situação dos poços, o uso da água e a produtividade dos poços tubulares. Tratando do mapa hidrogeoquímico, foram coletadas 60 amostras entre as campanhas de outubro e dezembro de 2019, e

novembro de 2020 sendo: 30 poços tubulares, 18 poços de pequeno diâmetro, 6 captações de fonte natural, 5 poços escavados e uma água superficial e Compilação de 19 análises físico químico completas de poços tubulares realizadas entre 1998 e 2017 pelo laboratório da Universidade Federal do Paraná (LPH-UFPR) e outros privados. Apresenta os tipos hidroquímicos e problemas verificados, salienta que os principais problemas encontrados foram o ferro em manganês acima dos valores permitidos. Apresenta ainda, sobre a vulnerabilidade intrínseca à contaminação e as fontes potenciais de contaminação das águas subterrâneas. Os problemas verificados em poços tubulares: negligência ou desconhecimento das normas técnicas vigentes de construção das obras de captação por parte dos usuários, contratação de empresas ou pessoas não habilitadas para a perfuração de poços tubulares e poços de pequeno diâmetro, fiscalização insuficiente por parte dos órgãos responsáveis, problemas econômicos enfrentados pela população, principalmente a de menor renda, que contrata serviços inadequados por conta dos custos mais baixos, a grande maioria não possui outorga e foi construído sem seguir o rigor das normas técnicas recomendadas, falta de vedação sanitária e área de proteção, turbidez elevada e águas avermelhadas e corrosão de materiais e equipamentos. Os problemas em poços de pequeno diâmetro, em termos gerais, apresentam-se bem protegidos externamente, com tampas de proteção, mas deficientes em instalações de lajes de proteção sanitária e cercados, ausência de pré-filtro envolvendo o revestimento, não cimentação do espaço anular e tamanho irregular das aberturas das ranhuras dos tubos de revestimento, causando turbidez da água, infiltração de águas superficiais indesejadas. Os problemas em poços escavados, são relacionados ao seu entorno, poços abandonados sem os devidos cuidados de selamento após o término de seu uso, quando perfurados próximos a fontes potenciais de poluição, podem significar vetores diretos de contaminação, em função da ausência total de proteção sanitária e expondo o nível freático a agentes externos. Os problemas em captações de fontes naturais, são os aspectos de conservação, limpeza e higiene devido à maioria das vezes da falta de um correta obra de proteção e captação, em terrenos acidentados as águas das chuvas trazem material das partes mais elevadas, como sedimentos, galhos e restos de folhas que entopem as mangueiras, desmatamento e plantio próximos às áreas de captação. As diretrizes para as captações de água subterrânea em Joinville, em casos de poços tubulares, devem ser submetidos à outorga e à exigência das normas NBR 12.212 e 12.244, devem ser adotadas os projetos básicos definidos no estudo hidrogeológico, dotar os poços de área de proteção imediata e respeitar o regime de bombeamento definido no ensaio de bombeamento, monitorar níveis, vazão e qualidade. Apresentado, o Projeto Básico de Poços Tubulares para Joinville. Os poços de pequeno diâmetro, o ideal seria não perfurar mais esses tipos de poços (não existem normas ou regulamentações), outorgar os existentes, equipar os poços com cloradores, filtros, hidrômetros, laje e abrigo de proteção, monitorar a qualidade da água. Em relação aos poços escavados seria o ideal, desativar e cimentar os precários, em casos que o poço ainda está ativo ou usado como reserva estratégica, proceder com manutenção, limpeza e desinfecção a cada seis meses, usar tampa adequada, monitorar a qualidade da água. E para captações de fontes naturais, é necessário orientar a população para melhoria do sistema de captação (áreas onde não há rede pública) usando o modelo da fonte caxambu, por exemplo, a preservação da vegetação nativa no entorno das nascentes, manejo de solo e técnicas conservacionistas em áreas adjacentes, evitar a presença de animais e uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e orgânicos nas áreas próximas às captações, a manutenção, limpeza e desinfecção frequentes, o controle da erosão do solo de reposição, recuperação da vegetação de fixação, principalmente em épocas de muita chuva e a Educação ambiental. Para finalizar o Geólogo realiza as considerações finais, informando que com o cadastramento de poços foi possível uma visão de como as águas subterrâneas estão sendo explotadas e gerou um importante banco de dados que pode ser constantemente atualizado, os mapas de vulnerabilidade forneceram uma visão geral, onde se permite basear as políticas de proteção da água subterrânea e fornece subsídios para a tomada de decisões na área ambiental, menciona ainda, que deve-se implementar um detalhado banco de dados das atividades licenciadas, contendo informações necessárias como volumes de efluentes, tipos, possíveis contaminantes gerados e dados de monitoramento, para permitir a realização futura de análises quantitativas do risco de contaminação das águas subterrâneas. Recomenda ainda, a execução de trabalhos posteriores de estudos hidrogeológicos com maior detalhe, sobretudo nas áreas urbanas e de maior vulnerabilidade natural com técnicas de geofísica e modelamento matemático de aquíferos (Hidrogeologia Ambiental). Menciona, algumas medidas que devem ser tomadas, como incrementar a fiscalização da perfuração de poços, monitorar qualidade e a quantidade, maior cuidado com poços abandonados e desativados, orientar a população e realizar campanhas de educação ambiental para reforçar a necessidade da preservação das matas, nascentes e cuidados com os poços e as águas em geral e fomentar o reuso de águas e a captação de águas de chuva. O Geólogo comenta sobre o Parque Caieiras que foi apresentado anteriormente, recorda que já esteve no local, e já realizou procedimentos, e que a educação ambiental poderá ser uma saída para sanar alguns problemas no parque.

Finaliza, informando que já observou muitas empresas utilizando a captação de água da chuva, ressalta que essa é ação é de extrema importância, considerando que o Município possui um nível alto de chuvas. Agradece pela oportunidade e se coloca à disposição para discussão. A Presidente do Conselho, agradece o Geólogo pela apresentação explicativa e de extrema importância para gestão municipal em relação aos recursos hídricos. O geólogo Marcos, informa que não conhece no Brasil, município que terá a quantidade de informações com o projeto laborado, existem alguns locais que possuem informações, porém não com o nível de informações e detalhes que está sendo realizado, apresenta o Gerente de Hidrologia da CPRM, o Eng. Franco Buffon. O Eng. Franco Buffon, cumprimenta a todos e pede perdão pelo atraso, pois havia compromisso no mesmo horário desta reunião. Informa o seu contentamento com a coordenação do projeto pelo Geólogo Marcos, a satisfação e empolgação com a parceria realizada com a SAMA, agradece pela oportunidade da participação da entidade na plenária. A Conselheira Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE, solicita a palavra. A Conselheira Therezinha se apresenta, a mesma faz parte da entidade executiva dos Comitês do Cubatão, Cachoeira, Babitonga e Itapocú. Parabeniza o trabalho apresentado, por ser de extrema importância para o desenvolvimento das dos recursos hídricos, licenciamentos ambientais e implantação das análises de riscos, etc. Salienta, que com o projeto será possível muitas ações. Agradece pela geração de dados, pois será muito necessário para tomadas de decisões. Concedida a palavra para o Conselheiro Márnio Luiz Pereira, da SEPROT. O Conselheiro cumprimenta a todos e parabeniza o Geólogo Marcos pelo projeto, demonstra seu contentamento com o projeto, considerando que o trabalho irá de encontro com as atividades de monitoramento e levantamento de áreas de risco do Município, agradece novamente pela bela explanação do projeto. Concedida a palavra para a Conselheira Virginia Barros, da UDESC. A Conselheira informa seu interesse pelas áreas de hidrogeologia, que já estudou sobre e que possui dados isotópicos da região, não só de águas subterrâneas, mas de águas de chuva e superficiais, e que pode ser de interesse para o estudo da CPRM, menciona alguns elementos encontrados na Baía da Babitonga. Questiona ainda, onde foram realizadas as análises isotópicas, pois encontrou dificuldade em encontrar local no país que realize o procedimento. O Geólogo Marcos, solicita o envio dos trabalhos realizados pela Conselheira Virginia por email, e em atenção ao seu questionamento, informa que também encontraram dificuldade para realizar as análises isotópicas, e por se tratar de empresa pública não poderia enviar para o exterior. Informa, que iniciaram as análises na USP, porém por problemas técnicos nos aparelhos, foi remanejado para UNESP, que agora está sendo realizado e até o final do mês estarão prontas. A Conselheira Virginia, demonstra seu interesse em verificar as análises, afim de contribuir. Geólogo Marcos, informa que estão aguardando os resultados e demonstra seu interesse em receber os dados que a Conselheira Virginia possui, principalmente em relação as chuvas. A Presidente do Conselho, informa a sugestão transmitida pelo Conselheiro Fabiano Santangelo, via chat, em relação a contratar a Companhia CPRM para realizar a revisão do nosso levantamento hidrogeológico do Município, para avaliação dos Conselheiros. A Presidente agradece pelo trabalho da CPRM e disponibiliza essa plenária para novos encontros com mais informações, e parabeniza a equipe da SAMA que acompanha os serviços contratados anteriormente, reforça ser necessário a utilização adequada do projeto laborado com excelência, atendendo as necessidades do município para servir de referência no Brasil. Conselheira Virginia, informa que realizou o envio dos seus trabalhos relevantes para o Geólogo Marcos, de modo a contribuir, ressalta a importância dos dados. A Presidente do Conselho, complementa que os Conselheiros podem enviar sugestões de pauta para as próximas plenárias. Assim a Presidente do Conselho agradece a presença de todos os Conselheiros, declarando encerrada a reunião ordinária às doze horas e cinco minutos, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e posteriormente assinada pela Presidente do Comdema, Schirlene Chegatti, após aprovação dos demais Conselheiros.

Schirlene Chegatti

Presidente do Comdema

Virginia Maria de Oliveira Torrens

Secretária Executiva

SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

Maria Eduarda de Campos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Schirlene Chegatti, Secretário (a)**, em 04/08/2021, às 16:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **9749717** e o código CRC **375EEA2F**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

21.0.001318-6

9749717v134

9749717v134